

Ata da Vigésima Sétima Sessão Ordinária, do primeiro ano da Décima Quinta Legislatura da Câmara Municipal de Jaguariúna, realizada aos dezoito de novembro de dois mil e treze, às dezoito horas e trinta minutos, na Sala das Sessões “Vereador Reynaldo Chiavegato”, da Câmara Municipal, localizada no Edifício Municipal Dr. Sebastião Paes de Almeida, desta cidade. Presidente Sr. Alfredo Chiavegato Neto. Vice-Presidente Sr. Adilson José Abrucez. Secretários Srs. Rita de Cássia Siste Bergamasco e Ângelo Roberto Torres. Primeiramente, foi feita a Leitura de Texto Bíblico, conforme Resolução n.º 80, de 21 de fevereiro de 1997, sendo que o Sr. Presidente convidou o Vereador Adilson José Abrucez para proferir o seguinte texto: Livro da Sabedoria – Capítulo 6, versículos de 12 a 20: “A sabedoria é resplandecente, não murcha, mostra-se facilmente para aqueles que a amam. Ela se deixa encontrar por aqueles que a buscam. Ela se antecipa, revelando-se espontaneamente aos que a desejam. Quem por ela madruga, não terá grande trabalho, pois a encontrará sentada, junto à porta da sua casa. Refletir sobre ela é a perfeição da inteligência, e quem cuida dela ficará logo sem preocupações. Ela mesma vai por toda parte, procurando os que são dignos dela: aparece a eles bondosamente pelos caminhos, e lhes vai ao encontro em cada um dos pensamentos deles. O princípio da Sabedoria é o desejo autêntico de instrução, e a preocupação pela instrução é o amor. O amor é a observância das leis da Sabedoria. Por sua vez, a observância das leis é garantia de imortalidade. E a imortalidade faz com que a pessoa fique perto de Deus. Portanto, o desejo pela sabedoria conduz ao reino.” A seguir, o Sr. Presidente determinou a feitura da chamada, onde foi anotada a presença dos seguintes Srs. Vereadores: Adilson José Abrucez, Alexandre da Silva Santos, Alfredo Chiavegato Neto, Ângelo Roberto Torres, David Hilário Neto, Fábio Augusto Pina, Gerson Antonio, Luiz Carlos de Campos, Luiz Gustavo Gothardo, Rita de Cássia Siste Bergamasco, Rodrigo da Silva Blanco, Romilson Nascimento Silva e William de Souza Silva. Constatando número regimental, o Sr. Presidente, proferindo as seguintes palavras: “Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos”, declarou aberta a Sessão, dando início ao Expediente: primeiramente, o Sr. Presidente colocou em votação a Ata da Sessão Ordinária anterior, a qual foi aprovada por unanimidade de votos pelo Plenário e assinada pela Mesa. A seguir, o Sr. Presidente determinou a leitura da Matéria Constante do Expediente: pela ordem, o Sr. David Hilário Neto pediu a palavra apresentando requerimento verbal, baseado no Art. 213, II do Regimento Interno solicitando que fosse dispensada a leitura da matéria oriunda do Executivo Municipal, dos projetos e das Indicações dos Senhores Vereadores, e das correspondências de diversos,

lendo-se apenas as ementas, como constavam na pauta; em discussão e votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos. A seguir, do Senhor Prefeito foram lidas as ementas dos seguintes ofícios: 1. Ofício DER nº 101/2013, encaminhando a Casa Projeto de Lei Complementar que dá nova redação ao § 1º, do art. 26, da Lei Complementar Municipal nº 207/2012, que dispõe sobre a criação da categoria de uso industrial – condomínio industrial, e dá outras providências; 2. Ofício DER nº 103/2013, encaminhando a Casa Projeto de Lei que dispõe sobre autorização ao Município de Jaguariúna para celebrar convênio com o Município de Holambra para cooperação na área da saúde junto ao Hospital Municipal Walter Ferrari; 3. Ofício DER nº 104/2013, encaminhando a Casa Projeto de Lei que dispõe sobre autorização ao Executivo para concessão de contribuição à entidade de assistência social Associação Jaguariunense de Jovens Aprendizes – AJJA, e dá outras providências, depois de lidos, foram os mesmos encaminhados para as Comissões Permanentes para parecer. A seguir, dos Senhores Vereadores foram apresentados: Projetos, lendo-se apenas as ementas: 1. De Decreto Legislativo do Sr. Adilson José Abracez, que dispõe sobre concessão de título de “Cidadão Jaguariunense” ao Sr. João Luiz de Oliveira Pinto; 2. De Resolução da Mesa da Câmara Municipal, que dispõe sobre a concessão de Cesta Natalina aos servidores da Câmara Municipal. Depois de lidos, foram os mesmos encaminhados para as Comissões Permanentes para parecer; Requerimentos: 1. Do Sr. Gerson Antonio – Gerson do Gás solicitando ao Executivo Municipal informações se foi concedida autorização especial permitindo a utilização do gramado do Centro Cultural e do canteiro em frente ao Bar da Praia, como estacionamento de veículos, e se não houver tal autorização, como é realizada a fiscalização e autuação dos carros estacionados irregularmente; 2. Do Sr. Gerson Antonio – Gerson do Gás solicitando ao Executivo Municipal informações de quando será instalada a iluminação no trecho da rua Osvaldo Vicentini à Av. Alexandre Marion, que liga os bairros Sylvio Rinaldi e São José; 3. Da Sra. Rita de Cássia Siste Bergamasco solicitando ao Executivo Municipal qual a data de inscrição do PROUNI Municipal; 4. Do Sr. William de Souza Silva - Zidane solicitando ao Executivo Municipal informações se há a possibilidade do fornecimento de Cestas de Natal a todos os trabalhadores da Cooperativa de Reciclagem; 5. Do Sr. William de Souza Silva - Zidane solicitando ao Executivo Municipal informações se existe fiscalização por parte do Poder Público em relação ao cumprimento dos horários de ônibus das Estâncias Metrôpolis, entre outras questões. Indicações, lendo-se apenas as ementas: 1. Do Sr. Fábio Augusto Pina solicitando ao Executivo Municipal a contratação de uma empresa

especializada em prótese dentária ou um profissional efetivo para atender os pacientes do Município; 2. Do Sr. Luiz Carlos de Campos - Bozó solicitando ao Executivo Municipal limpeza de todos os bueiros existentes na Av. Antarctica, principalmente, os que estão próximos à Portaria da AMBEV e os localizados atrás do Cemitério Municipal; 3. Do Sr. Gerson Antonio – Gerson do Gás solicitando ao Executivo Municipal providências para a sinalização horizontal e vertical ou instalação de semáforo próximo À UPA – Unidade de Pronto Atendimento, e estacionamento apropriado para quem frequenta o local; 4. Do Sr. Rodrigo da Silva Blanco - Magrão solicitando ao Executivo Municipal trocar lâmpadas queimadas na rua São João da Boa Vista, no bairro Roseira de Cima; 5. Da Sra. Rita de Cássia Siste Bergamasco solicitando ao Executivo Municipal pintura das faixas de pedestres na rua Júlia Calhau Rodrigues, no bairro Nova Jaguariúna; 6. Do Sr. William de Souza Silva - Zidane solicitando ao Executivo Municipal limpeza, poda do mato nos fundos das casas da rua José Teodoro de Lima, no bairro Colinas do Castelo; 7. Do Sr. William de Souza Silva - Zidane solicitando ao Executivo Municipal operação tapa buracos na rua Itália, no bairro Santa Cruz; 8. Do Sr. William de Souza Silva - Zidane solicitando ao Executivo Municipal operação tapa buracos nas ruas Minas Gerais e Anezia Venturini Zani, no bairro Dom Bosco. Moção dos Srs. William de Souza Silva – Zidane e Ângelo Roberto Torres – Neguita Torres de congratulações ao Sr. Mauricio Dimas Comisso – Prefeito de Santo Antonio de Posse e Equipe e Vereadores apoiadores pela realização da EXPOPOSSE – RODEIO – VOLTANDO ÀS ORIGENS, acontecida de 14 a 17 de novembro, naquela cidade. A seguir foi lida a ementa do Comunicado nº CM258293/2013 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação sobre liberação de verba ao Município no valor de R\$ 308.380,72. A seguir, o Sr. Presidente colocou em votação as Proposituras abaixo, comunicando que se houvesse desejo de discussão, deveriam proceder de acordo com o Art. 154, alínea única, do Regimento Interno, alterado pelas Resoluções nºs 63 e 91:1. Requerimento do Sr. Gerson Antonio – Gerson do Gás solicitando ao Executivo Municipal informações se foi concedida autorização especial permitindo a utilização do gramado do Centro Cultural e do canteiro em frente ao Bar da Praia, como estacionamento de veículos, e se não houver tal autorização, como é realizada a fiscalização e autuação dos carros estacionados irregularmente, em votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 2. Requerimento do Sr. Gerson Antonio – Gerson do Gás solicitando ao Executivo Municipal informações de quando será instalada a iluminação no trecho da rua Osvaldo Vicentini à Av. Alexandre Marion, que liga os bairros Sylvio Rinaldi e São

José, em votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos 3. Requerimento da Sra. Rita de Cássia Siste Bergamasco solicitando ao Executivo Municipal qual a data de inscrição do PROUNI Municipal, em votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 4. Requerimento do Sr. William de Souza Silva - Zidane solicitando ao Executivo Municipal informações se há a possibilidade do fornecimento de Cestas de Natal a todos os trabalhadores da Cooperativa de Reciclagem, em votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 5. Requerimento do Sr. William de Souza Silva - Zidane solicitando ao Executivo Municipal informações se existe fiscalização por parte do Poder Público em relação ao cumprimento dos horários de ônibus das Estâncias Metrópolis, entre outras questões, em votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 6. Moção dos Srs. William de Souza Silva – Zidane e Ângelo Roberto Torres – Neguita Torres de congratulações ao Sr. Mauricio Dimas Comisso – Prefeito de Santo Antonio de Posse e Equipe e Vereadores apoiadores pela realização da EXPOPOSSE – RODEIO – VOLTANDO ÀS ORIGENS, acontecida de 14 a 17 de novembro, naquela cidade, em votação, foi a mesma aprovada por unanimidade de votos. A seguir, o Sr. Presidente deixou livre a palavra aos senhores Vereadores, que quisessem fazer uso por oito minutos seguindo ordem de inscrição em livro, versando sobre Temas Livres: pela ordem, tomou a palavra o Sr. William de Souza Silva que cumprimentou a todos, agradecendo a presença de todos, dos nobres Colegas Vereadores, e que iria ser breve, naquele dia, na palavra, e que gostaria de frisar e destacar o agradecimento à Moção, e parabenizou ao nobre Colega Neguita, agradeceu pelo convite, e que aprendeu bastante com ele sobre rodeios, parabenizou a habilidade que o Vereador tinha no meio rural para lidar com rodeios, na suas narrativas, e que era muito bonita a atividade dele, e em nome da pessoa do Vereador cumprimentava a todas as pessoas que desenvolviam essa atividade rural de rodeio no Município de Jaguariúna, e foi uma atividade muito bonita, prazerosa de participar, viram muitas pessoas simples participando de um evento que iniciou resgatando as origens, confirmou com o Vereador, e que ele que nasceu na cidade grande, São Paulo, ficou até emocionado, porque quando chegou em Jaguariúna, o que o identificou na cidade do interior foi justamente isso, lembrou das festas que tinham no Parque Santa Maria, desde o momento do Campo do Padre, muito pouco, mas teve o prazer, ainda, de ir em algumas, e que viu o sorriso daquelas pessoas, da alegria de retornar uma festa que há anos estava parada, e o Prefeito, numa ação brilhante, com o apoio dos Vereadores, com o apoio de algumas pessoas do município resgataram aquela festa e esperava que eles

trouxessem para o Município de Jaguariúna e que o Vereador pudesse incentivar as pessoas que acreditavam nele, e acreditavam nessa montaria em touro, e todas as atividades afins; disse que era o que gostaria de falar e agradeceu pela atenção de todos; a seguir, tomou a palavra o Sr. Adilson José Abracez que cumprimentou a todos, aos presentes que sempre participavam, e que era uma alegria para eles; disse ter entrado, naquele dia, com um Decreto Legislativo para concessão de Cidadão Jaguariunense para o amigo deles, conhecido, militante na Cidade das boas causas, o Sr. João Luiz de Oliveira Pinto e que muita gente conhecia, sabia, uma pessoa extremamente discreta mas que participava intensamente como voluntário em muitas atividades, como a APAE, o Jaguar Tênis Clube, agora a ASAMAS, e em todas sempre como voluntário, emprestando o conhecimento que ele tinha na área contábil, administração de empresas e participando e se responsabilizando nessas áreas para essas entidades como tesoureiro, sendo responsável por toda a contabilidade, e a responsabilidade pelo dinheiro aplicado, pelo dinheiro recebido nessas entidades, uma pessoa que sempre primou pela correção das coisas, pela coisa certa, e por isso ele era muito querido por todos que faziam Imposto de Renda com ele, porque sabiam que quando ele fechava o Imposto de Renda estava feito, estava certo, e por isso gostaria de pedir aos Vereadores que quando chegasse na Casa para votação, o apoio de todos para essa pessoa maravilhosa, agradeceu; a seguir, tomaria a palavra o Sr. Alexandre da Silva Santos que a passou; tomou a palavra o Sr. Ângelo Roberto Torres que cumprimentou a todos, agradecendo as palavras do nobre Vereador Zidane, e voltando-se para o Vereador o agradeceu, e aos Colegas que aprovaram a Moção, e disse que, realmente, era gratificante ver as pessoas simples prestigiando um evento maravilhoso, um evento bonito, um evento do povo e no domingo o evento começou às onze e meia da noite, e que eles viam aquele povão todo lá esperando a montaria, e sabia que às quatro e meia da manhã muitos deles pegavam lá sua marmita na bolsa, sua garrafinha de café, e iam trabalhar na roça, mas mesmo assim estavam lá prestigiando o evento, e muitas pessoas; disse que, realmente, tinham que trabalhar e tentar trazer um evento desses para o Município, para o povo de Jaguariúna, uma festa dessa para o povo; a seguir, parabenizou ao Vereador Gerson pelo requerimento da iluminação das rua Osvaldo Vicentini até a São José, onde ele e a Vereador Rita foram solicitados lá, via “Facebook”, dos munícipes, e que sabiam que o Vereador tinha feito a indicação, parabenizou ao Vereador pelo requerimento, e desejou que chegasse lá aquela iluminação, porque, realmente, aquele trecho deixava um pouco a desejar na parte da iluminação, bem como atrás de onde

estavam construindo a creche, que parou e que ali também tinha um trecho sem iluminação e o trecho que ligava a Sylvio Rinaldi até o Supermercado Bon-Netto novo, que chegava no Condomínio das Laranjeiras, ou melhor, no Zambom, e que esteve passando lá com o Piva, e este disse que iria fazer um projeto para fazer iluminação como era nas vias que tinham no meio da avenida, e não pelas laterais como estava sendo feito; parabenizou ao Vereador e que estava feita a solicitação, e desejou que aquela parte da iluminação fosse em breve solucionada, porque sabiam que, a partir de janeiro caía para o Município a responsabilidade; comentou, também, sobre a rua São João da Boa Vista, e o Magrão fez a solicitação, realmente e praticamente toda a Roseira estava sendo prejudicada com as fortes chuvas, principalmente, a rua Amoreira, mas na rua Amoreira eles vinham passando, mas era bom que esticassem para o fundo do bairro, porque estavam preocupantes os buracos e perigosos; disse que na questão da empresa Metrópolis eles sabiam que tinha uma lei no Município que obrigava a empresa a colocar o sistema GPS, e que tiveram, ele e o Gerson que eram da Comissão de Transportes, e que estiveram na cidade de Indaiatuba, conheceram lá o projeto muito bom sobre o sistema GPS que facilitava, e facilitava aos usuários e com isso a Prefeitura conseguia fiscalizar e acompanhar os ônibus nos seus horários, e que, realmente, era muito atraso de linha de ônibus, o pessoal do Loteamento Camanducaia vinha reclamando, também, que os ônibus não iam até o final, e que muitas vezes tinham pessoas esperando no ponto final do ônibus e ele não ia, o pessoal do Floresta, o pessoal do Jardim, e que achava que poderiam aí, o Sr. Prefeito, a partir do começo do ano que viria, tentar sentar e resolver porque o munícipe, o Município iria ganhar muito e o munícipe, também, porque a partir do momento que se fosse para o ponto do ônibus, no celular iria saber a hora que o ônibus estaria passando e, com certeza, isso iria beneficiar os usuários, os que iam para o trabalho, os que iam para o Hospital, quer fosse para passear, fosse para onde fosse, ele iria ter os horários certinho neste sistema de integração do GPS, como era feito em outras cidades; disse que era só, agradeceu e desejou boa noite a todos; a seguir, tomariam a palavra os Srs. David Hilário Neto, Fábio Augusto Pina, Gerson Antonio, Luiz Carlos de Campos, Luiz Gustavo Gothardo, Rita de Cássia Siste Bergamasco, Rodrigo da Silva Blanco, Romilson Nascimento Silva, que a passaram; tomou a palavra o Sr. Alfredo Chiavegato Neto que cumprimentou a todos, primeiramente, parabenizando o Vereador Adilson pela iniciativa de se lembrar do nome do João Luiz de Oliveira Pinto, que quem não conhecia, era o João Contador, que trabalhava com o Paulinho Hossri, e que, realmente, quando o Vereador apresentou o Projeto, ficou até surpreso porque

achava que ele era um cidadão jaguariunense, e não era, e que esperava que aquele título viesse dar uma contrapartida a tudo aquilo que ele fez, uma retribuição a tudo aquilo que ele fez para a sociedade jaguariunense; disse que para ele era muito gratificante homenagear essa pessoa que, realmente, merecia; nos bastidores de quase todas as entidades ele participando, ajudou muito a sociedade; disse, ainda, que gostaria, naquela data, de deixar ali seus agradecimentos a toda a Raça Negra que ajudou a miscigenar a Nação, e, realmente, dispensou seus sinceros votos à essa raça que tinha sua data, no dia seguinte celebrada, para que eles pudessem passar adiante tudo aquilo de contribuição que a Raça Negra deu para a Sociedade; disse que Jaguariúna saiu na frente, também, decretando um feriado municipal, e que achava que era o mínimo, em contrapartida, a essa raça que, realmente, contribuiu demais para o País, e que cada dia mais tinham que lembrar do preconceito que elas enfrentavam no dia a dia, e que esperavam que, através dos meios de comunicação, da conscientização eles pudessem diminuir esse preconceito; disse que gostava sempre de falar que o preconceito para ele apareceu a partir do momento em que se começava a falar de preconceitos, porque ele, desde criança, conviveu, e achava que o Guga, também, o Adilson sabiam das pessoas que eram da sociedade jaguariunense, pessoas da raça negra que sempre conviveram com eles, em pé de igualdade, pelo menos até onde percebeu, nunca sentiu nenhum tipo de comentário com relação ao preconceito, e isso veio a se falar, tanto que elas faziam parte da vida deles, da casa deles, que conviviam até hoje; disse que através da sociedade, através dos meios de comunicação, essa questão do preconceito ficou muito mais envolvente nas questões, nos temas da sociedade, sendo que para ele, antigamente, era algo tão normal, e via-se hoje, esse tema sendo debatido que achava, na verdade, que nem deveria ser debatido, porque isso era normal, era uma coisa natural da raça de cada um, e que ninguém era igual a ninguém, e que tinham que respeitar todo mundo, e como era antigamente, ninguém se falava isso e se vivia completamente bem, dentro das suas possibilidades, e que esperava que, através dessa data, eles pudessem, realmente, retribuir um pouco do que a Raça Negra, discriminadamente, sofreu ao longo desses anos, sem eles perceberem, achando que era tudo normal, e ao mesmo tempo eles sentiam uma discriminação muito grande, e que esperava, nesses poucos momentos que a cidade de Jaguariúna abria através da... e que no dia anterior teve uma explanação no Teatro e que eles pudessem, aí, contribuir um pouquinho para a diminuição do preconceito da Sociedade; disse que era o que queria falar e desejou boa noite a todos. Terminado o Expediente, o Sr. Presidente suspendeu a sessão por 15 (quinze)

minutos, conforme determinava o Art. 149, Parágrafo Único, do Regimento Interno. Terminado o prazo concedido, o Sr. Presidente reabriu a Sessão determinando a feitura da chamada, onde foi anotada a presença dos seguintes Srs. Vereadores: Adilson José Abracez, Alexandre da Silva Santos, Alfredo Chiavegato Neto, Ângelo Roberto Torres, David Hilário Neto, Fábio Augusto Pina, Gerson Antonio, Luiz Carlos de Campos, Luiz Gustavo Gothardo, Rita de Cássia Siste Bergamasco, Rodrigo da Silva Blanco, Romilson Nascimento Silva e William de Souza Silva. Constatado número regimental, o Sr. Presidente deu início à Ordem do Dia: primeiramente, dos Srs. David Hilário Neto, Rita de Cássia Siste Bergamasco, Ângelo Roberto Torres, Luiz Carlos de Campos e Luiz Gustavo Gothardo foi apresentando Requerimento de Urgência Especial para que o Projeto de Lei que dispõe sobre autorização ao Executivo para concessão de contribuição à entidade de assistência social Associação Jaguariunense de Jovens Aprendizes – AJJA, e dá outras providências, encaminhado a Casa através do Ofício DER nº 104/2013, fosse apreciado em única discussão, naquela sessão; em discussão e votação o requerimento de urgência especial, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; a seguir, o Sr. Presidente designou o Vereador Fábio Augusto Pina como Relator Especial para exarar parecer ao referido projeto, motivo pelo qual suspendeu a sessão; terminado o prazo necessário para a feitura do parecer, o Sr. Presidente reabriu a sessão determinando a leitura do Parecer do Relator Especial designado, favorável ao projeto; a seguir, em Única Discussão foi apreciado o Projeto de Lei nº 048/2013, do Executivo Municipal, que dispõe sobre autorização ao Executivo para concessão de contribuição à entidade de assistência social Associação Jaguariunense de Jovens Aprendizes – AJJA, e dá outras providências (Quorum de deliberação: maioria simples: Art. 49, “a” § 1º, do R.I.). Em discussão e votação foi o referido projeto aprovado por unanimidade de votos; a seguir, dos Srs. David Hilário Neto, Ângelo Roberto Torres, Adilson José Abracez, Luiz Carlos de Campos e Luiz Gustavo Gothardo foi apresentando Requerimento de Urgência Especial para que o Projeto de Resolução da Mesa da Câmara Municipal, que dispõe sobre a concessão de Cesta Natalina aos servidores da Câmara Municipal, lido naquela sessão, fosse apreciado em Única Discussão, naquela Ordem do Dia; em discussão e votação, foi o referido requerimento aprovado por unanimidade de votos; a seguir, o Sr. Presidente designou o Vereador Luiz Carlos de Campos como Relator Especial para exarar parecer ao referido projeto, motivo pelo qual, suspendeu a sessão; decorrido o prazo necessário para a elaboração do parecer, o Sr. Presidente reabriu a sessão determinando a leitura do Parecer do Relator Especial

designado, favorável ao projeto; a seguir, em Única Discussão foi apreciado o Projeto de Resolução nº 006/2013, da Mesa da Câmara Municipal, que dispõe sobre a concessão de Cesta Natalina aos servidores da Câmara Municipal. (Quorum de deliberação: maioria simples: Art. 49, “a” § 1º, do R.I.). Em discussão e votação foi o referido projeto aprovado por unanimidade de votos. A seguir, em Única Discussão foi apreciado o Projeto de Lei nº 041/2013, do Executivo Municipal, que dispõe sobre desconto no IPTU, quando pagos em parcela única (Quorum de deliberação: maioria absoluta: Art. 50, § 1º, I do R.I.). Primeiramente, foi feita a leitura do Parecer Conjunto das Comissões Permanentes de Constituição, Justiça e Redação e de Orçamento, Finanças e Contabilidade. Em Discussão e votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos. A seguir, em Segunda Discussão foi apreciado o Projeto de Lei nº 044/2013, do Sr. Gerson Antonio – Gerson do Gás, que institui no calendário de eventos do Município o “Fest Car” e dá outras providências. (Quorum de deliberação: maioria simples: Art. 49, “a” § 1º, do R.I.). Em Discussão e Votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos. A seguir, em Primeira Discussão foram apreciados: 1. Projeto de Lei Complementar nº 015/2013, do Executivo Municipal, que dispõe sobre o Mapa Genérico de Valores e fixa os critérios de apuração do Valor Venal dos Imóveis, para efeito de cálculo do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, no exercício de 2014, e dá outras providências (Quorum de deliberação: maioria absoluta: Art. 50, § 1º, I do R.I.). Primeiramente, foi feita a leitura do Parecer Conjunto das Comissões Permanentes de Constituição, Justiça e Redação, de Orçamento, Finanças e Contabilidade e de Meio Ambiente, Uso, Ocupação e Parcelamento do Solo, com exceção da assinatura do Vereador Alexandre da Silva Santos – Vice Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação. A seguir, destas mesmas Comissões foram apresentadas as seguintes Emendas; “Emenda nº 1: O artigo 15, do Projeto de Lei Complementar nº 015/2013, passa a vigorar com a seguinte redação: ‘Art. 15 – Os artigos 11 e 41 da Lei Complementar Municipal nº 04, de 20 de dezembro de 1991 (Código Tributário do Município), alterados pelo artigo 4º da Lei Complementar nº 84/2003, passam a vigorar com a seguinte redação: ‘Art. 11. A base de cálculo do imposto é o valor venal do terreno ao qual se aplica a alíquota de 0,72% (zero vírgula setenta e dois por cento).’ ‘Art. 41. A base de cálculo do Imposto é o valor venal do imóvel construído, ao qual se aplica a alíquota de 0,174% (zero vírgula cento e setenta e quatro por cento).’” Em discussão, pediu a palavra o Sr. William de Souza Silva que cumprimentou a todos mais uma vez, dizendo ao Sr. Presidente que queria um esclarecimento

se aquela alíquota foi reduzida, e o Sr. Presidente disse que sim, e o Vereador perguntou se o valor da redução era de zero ponto vinte e cinco, e que era para ele ver se tinha entendido a discussão; o Sr. Presidente solicitou a um membro da Comissão de Orçamento que pudesse falar, vindo na tribuna, e o Vereador William de Souza Silva disse de concluir a pergunta, se ocorreu uma redução da alíquota sobre o valor venal na emenda; a seguir, pediu a palavra o Sr. Luiz Carlos de Campos que cumprimentou a todos, dizendo que a alíquota, hoje, do IPTU, onde tinha terreno vazio era um e meio por cento, com esse projeto de lei que tinha vindo do Executivo ele corrigiu o valor venal dos terrenos e das construções, também, em cento e cinquenta por cento e ele propôs para terreno vazio uma alíquota, era um e meio, e ele propunha zero setenta e dois e que esse percentual iria corresponder no final, de modo geral, alguns bairros tinham um acréscimo maior por causa dessa mudança de faixa no mapa genérico, mas a grande maioria correspondia a um acréscimo de vinte por cento, e a alíquota ficou a mesma, zero setenta e dois para terreno vazio; para terreno onde tinha a construção a alíquota, hoje, era de zero quatro por cento, e que era calculado o valor do terreno, o valor da construção, e na soma desses valores, que era o valor venal do terreno e da construção a alíquota hoje era de zero quatro por cento, o Prefeito mandou, o Executivo mandou o projeto de lei na Casa, e essa alíquota era de zero dezenove, que corresponderia, no final, a um acréscimo de dezoito vírgula setenta e cinco por cento no IPTU, e os Vereadores reunidos, as Comissões acharam por bem apresentar a emenda de zero vírgula cento e setenta e quatro por cento, que iria corresponder ao final um acréscimo de oito vírgula setenta e cinco por cento, exceto aqueles bairros que como ele tinha falado, mudaram de zona e de valor; a seguir, pediu a palavra o Sr. Adilson José Abrucez que cumprimentou a todos, dizendo que apesar daquela emenda estar subscrita pela Comissão de Justiça e Redação, pela Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade e pela Comissão de Meio Ambiente, Uso e Ocupação de Solo, na verdade aquela emenda foi feita por todos os Vereadores, todos, sem exceção, porque eles discutiram amplamente, e chegou-se a esses valores e tiveram até uma reunião extra no Plenário, e que o mérito dessa emenda, apesar de subscrita pelas Comissões, porque legalmente era assim que tinha que ser feito, era uma emenda de todos os Vereadores, e que a proposta original, linearmente onde não houve mudança de categoria, para os terrenos ficou em vinte por cento, como era a proposta original do Prefeito, os terrenos vazios, para os terrenos que tinham construção, eles conseguiram trazer o aumento de dezoito, de praticamente, dezenove por cento, trouxeram para oito vírgula setenta e cinco por cento, e que foi aí o trabalho da Câmara;

disse que houve, também, nesse projeto alterações de categorias do Mapa Genérico, e que era muito difícil de demonstrar, e que houve bairros que tiveram uma valorização imobiliária muito grande, o Prefeito fez algumas alterações e eles, com um olhar clínico, todos os Vereadores, trabalhando em cima disso e viram algumas distorções, corrigiram essas distorções, algumas eram para baixo demais, eles as passaram para cima, porque eram bairros nobres que mereciam ter uma alíquota maior, e, realmente, era uma valorização grande, alguns bairros como o Castelo, o bairro São Pedro e outros, o Country Ville, e que eles tiveram uma subida de categoria muito brusca, que não correspondia à realidade, e os Vereadores por consenso, ali, analisando, e que passaram algumas semanas estudando e a trouxeram para baixo, e que linearmente o aumento do imposto iria ser oito vírgula setenta e cinco para os prédios residenciais e vinte por cento para os terrenos, e com alguma mudança de categoria, e que foi um trabalho grande, o Prefeito tinha que administrar, propunha, ele entendia que era uma necessidade, a Câmara estava ali, colegiada, estudando plenamente com responsabilidade, sem demagogia para não prejudicar o Município, mas a trouxeram para uma realidade melhor, e que ficou, também, acordado que os terrenos que tiveram esse aumento de vinte por cento, vazios, nos próximos aumentos eles teriam somente a correção da inflação, do IGPM, para que não tivesse aí um sufoco maior e os terrenos prediais, esse aumento real que o Prefeito pretendia e eles não concederam, poderia, então, ir devagarzinho, trazendo aos poucos na realidade do valor venal que ele pretendia, e que também achavam que era justo, mas não poderia ser tudo de uma vez; disse ser só e agradeceu. A seguir, em votação a Emenda nº 1, foi a mesma aprovada por 10 (dez) votos favoráveis, sendo 02 (dois) contrários dos Srs. Alexandre da Silva Santos e William de Souza Silva. “Emenda nº 2: A tabela nº I, anexa ao Projeto de Lei Complementar nº 015/2013, fica substituída pela tabela nº I, anexa, dela fazendo parte integrante.” Em discussão e votação, foi a referida emenda aprovada por 10 (dez) votos favoráveis, sendo 02 (dois) contrários dos Srs. Alexandre da Silva Santos e William de Souza Silva. “Emenda nº 3: O Mapa Genérico de Valores com loteamentos, anexo ao Projeto de Lei nº 015/2013, fica substituído pelo Mapa Genérico de Valores com Loteamentos, anexo, integrando o Projeto de Lei Complementar em epígrafe.” Em discussão e votação, foi a referida emenda aprovada por 11 (onze) votos favoráveis, sendo 01 (um) contrário do Sr. Alexandre da Silva Santos. A seguir, em Discussão e Votação o Projeto de Lei Complementar nº 015/2013, do Executivo Municipal, que dispõe sobre o Mapa Genérico de Valores e fixa os critérios de apuração do Valor Venal dos

Imóveis, para efeito de cálculo do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, no exercício de 2014, e dá outras providências, foi o mesmo aprovado por 10 (dez) votos favoráveis, sendo 02 (dois) contrários dos Srs. Alexandre da Silva Santos e William de Souza Silva; 2. Projeto de Lei Complementar nº 017/2013, do Executivo Municipal, que dispõe sobre substituição da Tabela I da Lei Complementar nº 4, de 20 de dezembro de 1991 (Código Tributário do Município) - ISSQN (Quorum de deliberação: maioria absoluta: Art. 50, § 1º, I do R.I.). Primeiramente, foi feita a leitura do Parecer Conjunto das Comissões Permanentes de Constituição, Justiça e Redação, e de Orçamento, Finanças e Contabilidade com exceção da assinatura do Vereador Alexandre da Silva Santos – Vice Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação. Em Discussão e votação foi o mesmo aprovado por 10 (dez) votos favoráveis, sendo 02 (dois) contrários dos Srs. Alexandre da Silva Santos e William de Souza Silva; 3. Projeto de Lei Complementar nº 018/2013, do Executivo Municipal, que dispõe sobre substituição da Tabela II da Lei Complementar nº 4, de 20 de dezembro de 1991 (Código Tributário do Município) - TAXAS (Quorum de deliberação: maioria absoluta: Art. 50, § 1º, I do R.I.). Primeiramente, foi feita a leitura do Parecer Conjunto das Comissões Permanentes de Constituição, Justiça e Redação, e de Orçamento, Finanças e Contabilidade, com exceção da assinatura do Vereador Alexandre da Silva Santos – Vice Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação. Em Discussão e votação foi o referido projeto aprovado por 10 (dez) votos favoráveis, sendo 02 (dois) contrários dos Srs. Alexandre da Silva Santos e William de Souza Silva; 4. Projeto de Lei nº 046/2013, do Sr. Gerson Antonio – Gerson do Gás, que institui nas Academias de Ginástica, Centros Esportivos, Estabelecimentos Comerciais de Nutrição Esportiva o dever de afixar placas de advertência alertando sobre os malefícios causados à saúde com o uso de anabolizantes e dá outras providências. (Quorum de deliberação: maioria absoluta: Art. 50, § 1º, I do R.I.). Primeiramente, foi feita a leitura do Parecer Conjunto das Comissões Permanentes de Constituição, Justiça e Redação, e de Orçamento, Finanças e Contabilidade. Em Discussão e votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos. A seguir, o Sr. Presidente suspendeu a sessão para alguns esclarecimentos; terminado o prazo necessário, o Sr. Presidente reabriu a sessão, determinando a leitura do seguinte Edital: “Edital de Convocação nº 016/2013 - De Sessão Extraordinária. O Vereador Alfredo Chiavegato Neto, Presidente da Câmara Municipal de Jaguariúna, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo § 2º do Art. 32, da vigente Lei Orgânica do Município, decide:- Convocar Sessão

Extraordinária da Câmara Municipal, para logo após o encerramento da 27ª (Vigésima Sétima) Sessão Ordinária, para hoje programada, destinada na Ordem do Dia, à apreciação da seguinte matéria: Em Segunda Discussão e Votação: 1. Projeto de Lei Complementar nº 015/2013, do Executivo Municipal, que dispõe sobre o Mapa Genérico de Valores e fixa os critérios de apuração do Valor Venal dos Imóveis, para efeito de cálculo do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, no exercício de 2014, e dá outras providências; 2. Projeto de Lei Complementar nº 017/2013, do Executivo Municipal, que dispõe sobre substituição da Tabela I da Lei Complementar nº 4, de 20 de dezembro de 1991 (Código Tributário do Município) – ISSQN; 3. Projeto de Lei Complementar nº 018/2013, do Executivo Municipal, que dispõe sobre substituição da Tabela II da Lei Complementar nº 4, de 20 de dezembro de 1991 (Código Tributário do Município) – TAXAS; 4. Projeto de Lei nº 046/2013, do Sr. Gerson Antonio – Gerson do Gás, que institui nas Academias de Ginástica, Centros Esportivos, Estabelecimentos Comerciais de Nutrição Esportiva o dever de afixar placas de advertência alertando sobre os malefícios causados à saúde com o uso de anabolizantes e dá outras providências. Para conhecimento, pois dos Senhores Vereadores, é expedido o presente Edital, devidamente registrado e afixado para os efeitos legais, e lido ao final da Ordem do Dia da 27ª Sessão Ordinária. Dado e passado na Câmara Municipal de Jaguariúna, aos 19 de novembro de 2013 - Vereador Alfredo Chiavegato Neto – Presidente. Arquivado na Secretaria e afixado, na mesma data, no Quadro de Avisos da Portaria da Câmara Municipal. Alzira Eleani De Campos Souza Venturini - Diretora Geral.” Terminada a Ordem do Dia, o Sr. Presidente deu início à Explicação Pessoal dos Senhores Vereadores, que se manifestariam sobre atitudes pessoais assumidas durante a Sessão ou no exercício do mandato (Art. 168, R.I.): pela ordem, tomou a palavra o Sr. William de Souza Silva que cumprimentou a todos mais uma vez, dizendo de justificar ali algumas atitudes, principalmente, em relação aos projetos que ele votou contrário, e parabenizou o estudo, toda dedicação dos Vereadores que fizeram a aprovação, a reunião das Comissões e que gostaria só de ressaltar e até elencar uma situação direcionada ao nobre Colega Vereador Adilson, que ele participou de algumas das discussões, votou favorável, principalmente, ao Mapa, e foi onde ele mais pôde compartilhar com o conhecimento do Vereador, inclusive ali na discussão, mas que ele também colocou uma opinião na discussão, na última quarta-feira, para que o Executivo até seguisse o artigo noventa e sete, parágrafo primeiro do Código Tributário Nacional, que ele poderia ajustar somente pela alíquota e os índices inflacionários, passaram

vários anos sem reajustes, e, infelizmente, falar em aumento de tributo, imposto, criava uma animosidade complicada na população, e que a população estava desgastada com esses aumentos de impostos, e que já tinham aí uma carga tributária muito elevada, e no seu ponto de vista a Prefeitura não era clara a transmitir para a sociedade a justificativa para esse aumento de imposto, principalmente, de IPTU, e que não tinham aí, tanto na Câmara como na Prefeitura a clareza da contrapartida do contribuinte, e que tinham ali uma responsabilidade muito grande, porque as pessoas até, e que ele que fez campanha com a atual administração não tinham discutido em nenhuma das reuniões que fizeram a questão de aumento de IPTU, e que sabiam que a Prefeitura estava, e era colocado pela atual Administração numa situação complicada de finanças, mas ele não achava justo ele transferir o pagamento para a população, elevando a taxa de impostos; agradeceu, também, a presença dos colegas do Floresta e tomava até a liberdade de citar o bairro Floresta, que era um bairro que pagava IPTU, tinha lá seus problemas de esgoto, rede de esgoto, há anos, problema dos matos lá que era um problema complicado, com bichos que entravam nas residências há anos, problemas de água, problema que instalaram, recentemente, um bebedor que não tinha água, o problema do asfalto, e tinham ali mais aumento de imposto, e a população não tinha mais por onde questionar, votou, aprovou, virou lei, e cabia a eles discutir essa situação, mas já foi, e que ele, mesmo por ter votado contrário ao aumento de imposto do Município, ele iria estar ali cobrando, inclusive dos Colegas Vereadores que, efetivamente, tivessem a contrapartida do pagamento desses impostos, e que essa tinha sido sua justificativa para não votar favorável ao aumento de imposto, no seu ponto de vista a Prefeitura de Jaguariúna tinha um orçamento confortável relacionado a outras cidades, tinham questões de dívidas relacionados à má gestão que não era apurada ali, tinham uma discussão de CPI onde havia a possibilidade de trazerem os administradores anteriores para prestarem contas de gastos irregulares, não era apurado na Casa, e mais uma vez teriam uma votação acelerada, e que ele, particularmente, falava que era muito complexo eles lidarem com o imposto, hoje, o arcabouço jus tributário do Brasil era muito complexo, e que mesmo ele com formação jurídica ele teve dificuldade de analisar neste curto tempo a questão de imposto, toda essa questão de índice tributário para ele chegar na Casa e votar confortavelmente para transferir esse ônus para a sociedade; disse que estavam devendo serviços públicos para a sociedade e que ele achava que eles poderiam ter tido mais cautela para aumentar os impostos ali e fazer a população pagar cada vez mais e eles, políticos, não sentiam esse impacto, transferiam esse impacto para as

peças que eles representavam, e que essa era sua indignação com qualquer aumento de imposto dessa forma e que se ele não estivesse confortável ele não votava e ele não iria se utilizar do seu mandato e do seu voto para incidir as pessoas e aumento de imposto e que também ficava chateado de votar em situação extraordinária já na sequência da sessão, e que gostaria de ter tempo de discutir duas emendas que foram colocadas ali, a demanda do Gabinete estava muito alta, e ele não conseguiu ter tempo de discutir isso, que no seu ponto de vista era complexo; disse que careciam de estrutura, ainda, nos gabinetes dos Vereadores, não via estrutura para o Vereador ter condição de votar tranquilo nesta questão de imposto, neste início de mandato, com menos de um ano virem aumentar esse imposto, sendo que ficaram anos sem aumento; disse que essa era sua indignação, respeitava as decisões que votaram favoráveis, mas ele era totalmente contra a qualquer imposição de imposto à sociedade, uma vez que deviam muito serviço público e não havia transparência da contrapartida na cobrança de imposto; agradeceu pela atenção de todos; a seguir, tomou a palavra o Sr. Adilson José Abracez que cumprimentou a todos, dizendo que gostaria ali de retificar o que tinha falado ali durante a votação da emenda, onde ele entendeu, na reunião que eles tiveram na Comissão, segunda-feira, que todos estavam concordando com as emendas que foram propostas na reunião, que foi discutida no Plenário, com tudo, e que ele errou, e que tinha dois Vereadores, e que retirava que todos, e que já sabiam que não era todos, então; disse, ainda, que o sonho de consumo de todo Vereador, de todo o político, era o aumento zero de imposto, e que esse era o sonho de todos, era a alegria do Vereador, porque argumentos para não aumentar tinham, argumentos para reajustar tinham muitos; toda essa falta, talvez, da estrutura, iria piorar muito com o aumento zero que o Vereador tinha proposto aí, porque quando ele votou “não” ele votou em aumento zero, nem correção estava proposto, mas respeitava o Vereador, e que o Vereador achava que não podiam ter aumento e que a maioria achou que foi razoável, e que entendiam as necessidades e comparava sempre, sempre comparava a situação do Município à situação de uma família, se queriam melhorar a família, tinham que melhorar a renda, tinham, também, que saber gastar, tinham que saber onde por o dinheiro, a impressão que se dava era que o dinheiro estava sendo jogado fora, naquele primeiro ano de administração, que estava sendo mau aplicado, que não estava sendo bem aplicado, aquela era a impressão que ele tinha, não uma demanda reprimida por quatro anos ou mais de serviços não prestados, por exemplo nos últimos quatro anos, quantos serviços não tinham sido prestados e era lógico que em um ano eles não iriam tirar aquela diferença, o Prefeito poderia não ser

um gênio, poderia não ser o Mandrake que ia tirar todos os truques da cartola, mas ele estava trabalhando, a cidade estava mudando e com a alíquota zero ele garantia que iria ficar bem pior, então, ele achava que o Vereador era um respeito que todos tinham; falou ao Vereador que ele também gostaria de dizer para ele que na segunda votação não cabia mais emendas e eles ficaram com aquele projeto lá discutindo, discutindo e ele poderia ter proposto as emendas dele lá e naquele dia em que eles discutiram lá, ele não tinha visto o Vereador propor emenda, na reunião de segunda feira, ele também não tinha visto ele propor emenda e ele tinha ficado surpreendido, ele não sabia que ele não queria aumento de imposto, nem inflação, nem nada, então, não era o aumento que talvez todos os Vereadores quisessem, a proposta deles original era a inflação mais três por cento, tanto para os terrenos, quanto para os terrenos ocupados com residências, o chamado Imposto Predial, eles negociaram, a Câmara tinha a sua base, o Prefeito governava, ele tinha os seus desejos, tinha as suas virtudes e ele achava que era interesse público aumentar o imposto para poder aplicar melhor e eles achavam que era interesse público aumentar um pouco menos e também fazer aplicação, então, lá não era mérito nem dele nem deles Vereadores, de ter feito emenda, ter mudado um pouco o projeto e aquilo fazia parte do jogo democrático e das atribuições da Câmara Municipal, era só ter um pouco de coragem e fazer, e sabia que a população iria entender; a seguir, pediu a palavra o Sr. Alexandre da Silva Santos, que cumprimentou a todos os presentes, dizendo que ele tinha participado da reunião de Comissões e ele não era medroso e tudo o que fosse contra a população, ele queria deixar claro que fosse gerar gastos aos munícipes, ele iria contra e ele tinha deixado aquilo bem claro desde a última sessão que eles tinham votado favorável à Contribuição de Iluminação Pública, e mais uma vez ele não iria atribuir ao povo uma culpa que não era dele, e uma gestão passada não tinha tido uma boa administração, não adiantava eles forçarem tanto, com cento e cinquenta por cento lá, sendo que a inflação só tinha aumentado seis por cento e lá tudo tinha passado de seis por cento, de oito, de vinte e o povo não teve aumento, os funcionários públicos não tiveram aumento e eles só estavam gerando aumento para a população de Jaguariúna e onde iam parar, porque a Saúde estava em decadência, o hospital estava faltando tudo, remédio, assistência social não tinha nada, então a partir do próximo ano tinha de estar tudo em dez por cento, cem por cento, tudo funcionando, porque aquele primeiro ano de mandato o Prefeito tinha deixado a desejar, era a casa que não entregava e o povo sempre ficando na pior, e vinha falar que não tinha coragem, exclamou e disse que não era bem assim que funcionava; disse que estava ali para representar as pessoas que o colocaram

ali, e que ficava feliz em estar ali naquele dia votando contra aquele projeto, sim, e que se fosse menos, e que eles não puderam aumentar o desconto do IPTU porque gerava gasto para o Executivo, agora aumentar para o povo pagar mais caro, eles podiam, perguntou; disse que estava errado isso daí, e que era contra e tudo que tivesse ali para votar, iria votar contra; agradeceu; a seguir, tomou a palavra o Sr. David Hilário Neto que cumprimentou a todos, iniciando sua fala, parabenizando o Adilson, o Bozó, o Guga, que havia dois meses o projeto tinha entrado na Casa, havia dois meses o projeto tinha sido estudado, havia dois meses tinham dado sugestões, tiveram reuniões em cima de reuniões, e aqueles Vereadores não fizeram emenda nenhuma, nenhuma sugestão, e que o Adilson tinha colocado muito bem, e que quando ele falou que estava tudo num consenso de doze Vereadores, estava achando que estava mesmo, porque teve reunião na Casa e ninguém teve a capacidade de abrir a boca, de falar: “eu quero uma emenda A, eu quero uma emenda B”, e que era muito fácil, disse ao Vereador, chegar ali e votar contra, e que era fácil para aparecer na capa de um jornal, falando: “eu sou contra o IPTU”, e que era isso que acontecia hoje em dia, e que hoje em dia chegava-se na Casa, sabia que iria passar, sabia que era bem pro povo, mas ia sair bem na foto, e era o que estava acontecendo; disse que sobre a CPI, falou ao nobre Vereador, iria dar sua opinião, e que ele foi contra sim, e foi contra porque um trabalho que foi feito, que estava sendo feito, que as portas estavam abertas para chegar a qualquer momento no Executivo e procurar saber o que estava acontecendo estava aberto, e que ele foi lá, foi saber da CPI e teve a informação e que tinha muito assunto que estava por aí e ninguém fazia CPI nenhuma, assunto que o Executivo não abraçou, que ninguém abraçou e nem o nobre Vereador, e o que ele pensava hoje, era que querer subir em cima da garupa das pessoas era muito fácil, e chegar ali em cima e falar o que quisesse falar, sem pensar em nada, sem pensar nas consequências era muito fácil, votar contra o IPTU era mais fácil, ainda, e chegar ali, como o nobre Vereador falou, votar IPTU zero, excelente, era lindo, e que não estavam aumentando IPTU nenhum para a população, aí chegava amanhã, quando a pessoa sentava no Executivo, aí via como funcionava, realmente, as coisas, e que estava faltando um pouquinho disso; ao Vereador falou que sobre a casa, ele tinha participado das últimas reuniões e era o seguinte: essa casa foi prometida havia quatro anos tal entrega, foi prometida mês a mês para a população que ia ser entregue, e que chegou em janeiro... diante de situação no Plenário, o Vereador pediu ao Presidente para ver o decoro, e continuou, chegou em julho iria ser entregue para o povo; chegou em agosto, disseram de fazer reunião com o povo que a casa seria entregue no mês

que viria, chegou no mês da eleição, disse que iria entregar a casa em novembro, e onde estava o problema? Disse que o problema, realmente, não estava só na Prefeitura, não, e que tiveram que assumir em janeiro e fazer toda a tubulação de água, tiveram que assumir em janeiro e fazer o esgoto; tiveram que assumir em janeiro e fazer o muro, a parte da Prefeitura foi entregue em maio, junho, agora a construtora, sim, a construtora que foi colocada no Governo deles, no Governo do antigo Prefeito, a construtora sim, deixou a desejar, só que se hoje, cinco anos depois que esta casa não foi entregue, eles fossem lá e questionassem a construtora, levava mais cinco para essas casas saírem, e que era simplesmente isso, e que hoje eles estavam amarrados; disse que ele foi intruso, chegou na Rita, pediu para ir na reunião, sim, foi lá e pôde entender o que estava acontecendo; a Caixa estava fazendo a parte dela, a Prefeitura fez a dela, e a empresa, infelizmente, falhou, só que vinha falhando havia quatro anos, e quem estava ganhando com isso ele não descobriu até aquele dia, mas que tinha coisa errada, tinha, e que nisso cabia uma CPI, e cabia pensarem em cima disso, e não só esse assunto, mas diversos assuntos que estavam sendo discutidos, estavam sendo pesquisados, e nada estava sendo feito, e que isso tinha que ser feito, mas o IPTU votou a favor do aumento sim, e votava quantas vezes fosse preciso, porque não estava indo contra o povo, porque o benefício ia voltar à população, se o Executivo iria fazer ou não, ele não sabia, mas ele estava fazendo seu papel de Vereador; desejou uma boa noite a todos, e agradeceu pela atenção; a seguir, tomou a palavra o Sr. Alfredo Chiavegato Neto que cumprimentou a todos, novamente, dizendo de dar sua opinião com relação aos projetos que foram votados na Casa, e que não teve oportunidade de votar na questão do aumento do IPTU, mas seria favorável a qualquer alíquota apresentada pelo Executivo, como foi favorável a todos os aumentos que ele pôde votar ao longo dos seus dezessete anos como Vereador e que sabia que se tinha um tributo que revertia para a população era o IPTU, se alguém sabia o que eles arrecadavam, e aquilo que podia ser revertido à população, através de um imposto, era o Município através do IPTU; disse que não votou, mas votaria com a maior tranquilidade esse aumento de IPTU, foi sugerido na ordem de vinte por cento, a Câmara reduziu para nove, e que estava falando em números próximos, e que tiveram a sensatez de fazer isso, aumentar ainda mais o tributo daquele que tinha o terreno vazio, ou seja, aquele que só usava o terreno para especulação imobiliária, e que muitos diziam por aí que ele era dono de metade da cidade, então, ele estava votando contra ele mesmo, mas disse que votava com consciência, porque sabia que o imposto deles, de IPTU, era barato, em relação aos outros municípios, e deu uma ordem de grandeza

para eles: enquanto que nos municípios da Região a arrecadação de IPTU representava em torno de nove, dez por cento dos orçamentos, o de Jaguariúna representava dois e meio por cento, ou seja, eles precisavam arrecadar mais tributo próprio que era o IPTU e outras taxas porque, realmente, a arrecadação era ínfima em relação aos outros municípios, e falou ainda, que aquele que falava que era contra, e no amanhã ou depois se sentasse naquela cadeira lá e falasse que não iria aumentar IPTU, ele iria sofrer uma sanção porque era obrigação do Prefeito aumentar o IPTU todo o ano, era obrigação pela inflação, os índices, ajudar, verificar mapas de valores, assim como era obrigação trabalhar com o Plano Diretor a cada quatro anos; disse que era muito fácil, como o Adilson tinha dito, que era o sonho de consumo de todo Vereador não votar nada contra a população, mas que sabiam que um recurso bem administrado ele podia trazer benefícios ainda mais para a população, e que era isso que esperavam; esclareceu, então, que não votou, mas votaria, defendeu e os nobres Vereadores sabiam disso, defendeu os vinte por cento apresentados pelo Executivo; disse que a Câmara achou por bem diminuir o valor apresentado, foram feitas reuniões e em consenso chegaram àqueles patamares que eram apresentados ali à Sociedade; parabenizou a todos que trabalharam com seriedade, porque era de responsabilidade do Vereador tomar tais atitudes, e que não gostariam de aumentar imposto de ninguém, mas cabia a uma parcela da Vereança a responsabilidade de aumentar e cobrar, realmente, do Executivo melhoria nos serviços públicos, e como foi dito ali, eles sabiam que o Município se encontrava em dificuldades financeiras, estava difícil de fechar o ano, estava difícil de arrumar o dinheiro para acertar o décimo terceiro, e que tinham um precatório que vencia no dia primeiro de janeiro do ano de dois mil e quatorze, que eram na ordem de seis milhões de reais, e que o Município precisava de arrecadar, e que eram cinco ou seis milhões que era da Fazenda Serrinha; disse que precisavam arrecadar recursos para poder quitar os compromissos a partir do ano que viria, e valia lembrar que naquele ano eles pagaram vinte milhões de despesas que eles tinham dos exercícios anteriores, e que se pegassem vinte milhões e colocassem no dia a dia da cidade, via-se que isso poderia ser revertido em benefício à população, mas, infelizmente, foi gasto de outras formas; disse que sabiam que o Executivo estava se ajustando para que a partir do próximo ano as coisas pudessem acontecer, e que era essa a opinião que ele gostaria de dar sobre o IPTU, e voltou a dizer que votaria favorável ao aumento que foi proposto pelo Executivo que era de vinte por cento em todas as esferas; parabenizou à Câmara e o diálogo em chegar numa porcentagem que foi a contento de todos, e lembrou que na Administração

anterior ele votou em todos os aumentos de IPTU propostos pela Administração anterior, onde ele era oposição, e disse que ele não era louco de querer fazer ali apologia, demagogia com relação à situação, que ele sabia que era fácil trabalhar, mas sua postura como Vereador desta Casa foi de coerência e citou: “daí a Cesar o que era de Cesar”, e que isso era simples e que gostaria de deixar claro sua opinião; agradeceu Terminada a Explicação Pessoal, o Sr. Presidente encerrou a Sessão, convocando a próxima Sessão Ordinária para o dia três de dezembro de dois mil e treze, terça-feira, com início determinado para às dezenove e trinta horas, dando início, a seguir, à Sessão Extraordinária convocada. Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente ata que lida e achada conforme, vai devidamente assinada.

Vereador Alfredo Chiavegato Neto
Presidente

Vereador Adilson José Abracez
Vice Presidente

Vereadora Rita de Cássia Siste Bergamasco
Primeira Secretária

Vereador Ângelo Roberto Torres
Segundo Secretário



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

CERTIDÃO

Certifico e dou fé, que a Ata da Sessão acima encontra-se devidamente assinada pela Mesa Diretora do biênio a que se refere, registrada em livro próprio e arquivada na Secretaria Legislativa desta Câmara Municipal.

Câmara Municipal de Jaguariúna, 29 de agosto de 2019

VEREADOR WALTER LUÍS TOZZI DE CAMARGO
Presidente da Câmara

